

Praticando metodologias para análises de conjuntura: abordando o capitalismo chinês¹

Practicing conjunctural methodologies: Engaging Chinese capitalism

Jamie Peck
University of British Columbia

Resumo

A análise conjuntural é uma prática um tanto enigmática, comumente observada ex post e em atos de exemplificação e, aparentemente, um tanto resistente à codificação e até mesmo muito sofisticada em termos de regras metodológicas. Baseadas na análise de "situações" politicamente relevantes, as abordagens conjunturais combinam a teorização reflexiva com a investigação socialmente engajada e modos de análise historicizados e enriquecidos pelo contexto. Ao explorar o potencial da análise conjuntural na geografia econômica, o artigo começa por destacar as implicações metodológicas dessa abordagem um pouco evasiva, incluindo: complexos estados de codeterminação causal, "em articulação"; uma orientação para modos de investigação relacionais e "não delimitados"; ênfases nos testes de estresse de postulados teóricos e categorias conceituais existentes, muitas vezes em situações anômalas (em oposição às "típicas"); e um compromisso com a reflexividade, com a análise contextualizada e com uma teorização "densa" [thick theorization]. Em segundo lugar, o artigo questiona essas disposições e proposições metodológicas, dialogando-as com o caso do capitalismo chinês. Esse é um caso que rotineiramente frustra e confunde as estruturas teóricas e categorias conceituais existentes, às vezes levando ao derrotismo teórico. Embora a análise conjuntural não seja metodologicamente prescritiva, ela implica critérios distintos para: a formulação de problemas e o projeto de pesquisa; a escolha e definição de estudos de casos; e a exposição e (re)construção de proposições teóricas contextualizadas.

Palavras-chave: análise conjuntural, geografia econômica, economia política geográfica, metodologia, China, Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (AGB)

Abstract

Conjunctural analysis is a rather enigmatic practice, observed mostly after the fact and in feats of exemplary execution, apparently somewhat resistant to codification, and maybe too modish for methodological rules. Predicated on the analysis of politically salient 'situations', conjunctural approaches combine reflexive theorizing with socially engaged inquiry and context-rich, historicized modes of analysis. Exploring the potential of conjunctural analysis in economic geography, the article moves first to tease out the methodological implications of this rather elusive approach, including: attention to complex states of causal codetermination, 'in articulation'; an orientation to relational and 'unbounded' modes of inquiry; an emphasis on the stress-testing of received theory claims and conceptual categories, often in anomalous (as opposed to 'typical') situations; and a commitment to reflexivity, context-engaged analysis, and 'thick' theorization. Second, the article interrogates these methodological dispositions and propositions by placing them in dialogue, indicatively, with the case of Chinese capitalism. This is a case that routinely frustrates and confounds extant theoretical frameworks and conceptual categories, sometimes prompting theoretical defeatism. Although conjunctural analysis is not methodologically prescriptive, it implies

¹ Traduzido por Hipólita Siqueira, do original: Peck, J. (2023). Practicing conjunctural methodologies: Engaging Chinese capitalism. *Dialogues in Human Geography*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/20438206231154346>

distinctive criteria for problem formulation and research design; for 'casing', case selection, and specification; and for the exposition and (re)construction of contextualized theory claims.

Keywords: conjunctural analysis, economic geography, geographical political, economy methodology, China, Greater Bay Area

Análise conjuntural, teorização contextual e o capitalismo chinês

Ao explorar o potencial da análise conjuntural para a geografia econômica, este artigo associa uma discussão prospectiva acerca do escopo e do potencial dessa metodologia um pouco evasiva por meio de reflexões sobre a problemática do capitalismo chinês, não como um caso per se, mas como uma questão epistemológica aberta (e exigente). Dessa forma, o artigo procura ser metodologicamente significativo e não substantivamente conclusivo ou teoricamente definitivo. Em vez de ser "sobre" a reestruturação do capitalismo chinês, ele é motivado por uma preocupação em definir o que está implícito e o que implica a adoção de uma abordagem conjuntural, uma vez que os preceitos e princípios da análise conjuntural não são singulares e tampouco costumam ser declarados antecipadamente ou em voz alta. Tudo menos uma abordagem padronizada e padronizadora, pois a marca registrada da análise conjuntural é a teorização contextualizada e situada, uma vez que a "abstração" de suas regras e rotinas pode ser considerada algo exagerado. No entanto, a primeira parte do artigo tenta fazer exatamente isso, ou seja, destacar os preceitos e princípios da análise conjuntural como orientação metodológica, antes de sua "fundamentação" antecipada, em um diálogo com o caso e a questão sobre o capitalismo chinês. Esse artigo se esforça na alternância entre uma exposição baseada somente "em princípios" e uma aplicação mais concreta.

A análise conjuntural requer compromisso com modos de análise contextualizados e construção de teoria reflexiva, com foco no estudo de "situações", lugares e momentos politicamente relevantes. Com o objetivo de separar fontes de causa e condição que se cruzam e se articulam, as pesquisas conjunturais estão explicitamente situadas no tempo e no espaço. Como as questões de conceituação e prática metodológica tendem a ser incluídas, de forma "orgânica", na maioria dos exemplos existentes de análise conjuntural, oferecer uma leitura totalmente descontextualizada seria certamente incompleto e inadequado. Essa é a justificativa para estender a discussão a seguir para a questão inquietante sobre o capitalismo chinês, aqui abordado como problema - e oportunidade - para a análise conjuntural. O desafio em explicar a experiência de desenvolvimento da

China, aparentemente *sui generis*, muitas vezes confunde ou frustra as categorias conceituais existentes e as estruturas adotadas, por vezes chegando ao ponto de um derrotismo teórico ou de alternativa para declarações de status "excepcional". De fato, algumas das questões mais básicas parecem ter se tornado, no mínimo, menos definidas, como, por exemplo, se a China é ou não de fato capitalista; se sua forma de Estado permanece substancialmente ou apenas nominalmente socialista; se é possível afirmar a existência de um "modelo" distintamente chinês, à luz de sua heterogeneidade em escala continental, governança "descentralizada" e desenvolvimento desigual; e onde "localizar" essa experiência com referência às teorias vigentes de transição pós-socialista, desenvolvimento tardio, globalismo neoliberal e o sistema mundial.

Em vez de embarcar na tolice de tentar obter respostas definitivas para essas perguntas ou de se apressar em direção a uma conclusão analítica, o artigo se debruça sobre algumas das questões anteriores de especificação metodológica, explorando a abordagem da análise conjuntural como um meio de problematizar (em vez de simplesmente operacionalizar) categorias conceituais, de testar as proposições de teorias emergentes e de trabalhar deliberadamente em uma direção mais aberta de reconstrução explanatória. Ao assumir e se apoiar nesta abordagem metodológica, a preocupação deste artigo é com as "articulações" entre a estruturação teórica, o projeto de pesquisa e a formulação de estratégias de investigação. Isso implica esforço para reunir os recursos até então dispersos e escassamente codificados da análise conjuntural a serviço de uma resposta metodológica norteadora a essa situação desafiadora, aqui combinada com percepções complementares do método do caso estendido, com sua ênfase na reflexividade e no teste de conceitos. Embora o artigo busque identificar algumas das singularidades da análise conjuntural, por vezes acentuando os contrastes com abordagens paralelas (por exemplo, com a teoria fundamentada [grounded theory], a indução e tratamentos mais formais de "definição de casos"), não se trata de negar a contribuição de tais alternativas, nem de sugerir que a análise conjuntural possa servir como substituto para todos os fins. Tampouco, há qualquer intenção de licenciar um "conjunturalismo" amorfo que dissolva tudo em uma conjuntura (Koivisto e Lahtinen, 2012: 276). Em vez disso, o objetivo mais modesto é articular uma missão favorável e positiva para a análise conjuntural na geografia econômica, digna de figurar ao lado de outras estratégias metodológicas. Um objetivo secundário, em relação à cultura metodológica predominante na geografia econômica, é dar voz a essa fase frequentemente

silenciosa (e escassamente documentada) da conceituação e do projeto de pesquisa, sendo essas discussões normalmente superficiais ou táticas.

Com bases que remontam aos materialismos históricos de Gramsci e Althusser, a análise conjuntural pode ser vista como uma alternativa distinta às metodologias mais ortodoxas e formais, embora dificilmente seja uma alternativa singular ou discreta. Na geografia econômica, a linha mais significativa passa pelo trabalho, projeto e influência de Doreen Massey (Hall e Massey, 2010; Massey, 1995), que foi complementada por uma série de correntes e extensões complementares (ver Hart, 2002, 2020; Pickles e Smith, 2016; Werner, 2016). Ainda que várias modalidades da análise conjuntural tenham sido nomeadas (e sugestivamente operacionalizadas) nessa literatura mais recente, é raro encontrar qualquer coisa que se aproxime de uma discussão ampliada acerca das implicações metodológicas "a jusante" da abordagem. No caso de Massey, apesar de exemplificar um certo estilo de prática de análise conjuntural, somente no final de sua carreira ela foi "convencida sobre a importância de pensar conjunturalmente como um método" (Clarke, 2018: 201, grifo nosso). Talvez esse fato não seja surpreendente, já que a análise conjuntural tende a se apresentar como algo mais próximo de um *ethos* crítico ou de uma prática "artesanal", em vez de um método codificado per se. De fato, como Larry Grossberg (2019: 40) disse sobre a tradição mais sustentada e produtiva da análise conjuntural, associada a Stuart Hall e seus colaboradores, "percebi que não tinha e não consegui encontrar em lugar algum (...) uma compreensão bem teorizada de como a análise conjuntural deve ser feita e como uma conjuntura é definida ou constituída".

O presente artigo tem como objetivo construir diretrizes metodológicas para a análise conjuntural na geografia econômica, relacionadas, para fins heurísticos, à uma discussão deliberadamente preliminar sobre o capitalismo chinês, onde também se aborda a questão da "China como método" (ver Franceschini e Loubere, 2022). A partir de uma síntese metodológica da análise conjuntural, o artigo contextualiza essa abordagem por meio do diálogo com a problemática do capitalismo chinês, de acordo com três eixos analíticos: historicização e temporalidade; desenvolvimento desigual e regionalidade; e escala e relações escalares. Esse é o prelúdio para uma discussão indicativa do caso da Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (GBA), apresentada como um espaço de problema metodológico. A conclusão do artigo retorna à questão da importância (metodológica) da análise conjuntural para o campo da geografia econômica. Como acontece

com todas essas metodologias reflexivas e críticas, não pode haver "garantias", mas essa abordagem tem potencial para uma contribuição diferenciada.

Em terreno pedregoso: estruturando a pesquisa conjuntural

Da raiz latina *coniugere* - significa ligar, unir, combinar ou influenciar - a conjuntura denota circunstâncias de combinação e coexistência. Mesmo sendo muitas vezes invocado como referência passageira a uma situação histórica, uma era ou alguma "fatia de tempo", Stuart Hall (1980: 165) insistiu que, em um sentido analítico, o termo se refere a "um momento", não a um "período", que "só pode ser definido pela acumulação/condensação de contradições, pela fusão ou junção (...) de diferentes correntes e circunstâncias". A partir dessa leitura da conjuntura como um espaço, momento ou local de influência contraditória, em que diversas forças e determinações se unem, se chocam e periodicamente se separam, as abordagens da análise conjuntural envolvem a complexidade não por si só, mas a serviço de entendimentos mais profundos e significativos, acompanhados de princípios contrários ao reducionismo, à teleologia e ao determinismo (consulte Callinicos, 2005; Hart, 2023; Koivisto e Lahtinen, 2012). A análise conjuntural, de modo característico, começa com (e retorna para) os compromissos de entender "situações" politicamente ativas, conjunturas críticas, crises em andamento ou espaços problemáticos, que, por sua vez, são entendidos como incorporados em (e constituídos com) formações sociais, muitas vezes em circunstâncias de ruptura ou transformação. Exploratórias e não formalizadas, essas análises são construídas por meio da prática, no contestado domínio do presente historicizado e situado. Isso implica pesquisas e, muitas vezes, investigações granulares que se aprofundam em situações específicas, mas que tendem a ser insatisfeitas com relatos imediatos, próximos ou preventivos de causalidade. Dessa forma, essas pesquisas exploratórias geralmente se estendem para trás e espiralam para fora, em vez de serem agrupadas em horizontes explicativos fixos ou locais de estudo predefinidos.

Um dos objetivos da análise conjuntural é a construção de modos contextualizados de explicação e caminhos analíticos de nível médio. Desconfiados do teoricismo, da "especulação excessivamente abstrata" e da inovação conceitual por si só, os analistas conjunturais também são céticos em relação ao "particularismo excessivo", se com isso houver uma relutância em "situar ou explicar (...) referindo-se a relações sociais [mais generalizadas] ou tendências históricas" (Gilbert, 2019: 5). Evitando a noção (de fato, a possibilidade) de investigação pré-teórica, a análise conjuntural mobiliza a teoria de forma

crítica e reflexiva, mas também como um recurso. A teorização criativa em vigor envolve "trabalhar no solo pedregoso e contraditório da conjuntura atual", para relembrar uma das formulações memoráveis de Hall (1986: 6). Para "teorizar e analisar a complexidade concreta de uma formação social", sustentou Hall (1988: 162), é necessário "continuar" a teorizar. Mas essa não é a Teoria com T maiúsculo de uma estrutura amplamente pré-fabricada e implacável, imposta sobre os fatos no terreno; é uma prática contínua e crítica de concepção, interrogação e reconstrução, profundamente condicionada pelo contexto e pela situação. Como Hall refletiu certa vez, "eu dispensaria a teoria se pudesse! O problema é que não posso. Você não pode". Para Hall,

O mundo se apresenta no caos das aparências e a única maneira de entender, decompor, analisar, compreender, a fim de fazer algo a respeito da conjuntura atual que nos confronta, é invadir essa série de aparências congeladas e opacas com as únicas ferramentas que temos: conceitos, ideias e pensamentos. Entrar nela e voltar à superfície de uma situação ou conjuntura que se está tentando explicar, tendo feito o desvio pela teoria (Hall, 2018: 310).

Assim como Doreen Massey, Hall teorizou de forma sutil e "orgânica", como solução, em vez de "sobrescrever" desajeitadamente os eventos e as circunstâncias em questão. Nesse sentido, a teorização conjuntural é sempre emergente; aberta e contestável, ela existe em um estado persistente de reconstrução.

A análise conjuntural envolve o abstrato, o estrutural e o histórico por meio do contingente, do concreto, do particular e do real; ela trabalha com a especificidade e a particularidade das situações, em parte, por causa delas mesmas, como locais de preocupação, mas também como prismas por meio dos quais se pode ler, mapear e situar o sistêmico, o global e o "geral". Entendida como intervenções (muitas vezes disruptivas) em um terreno sempre em movimento, a abordagem não privilegia nenhum momento ou ponto de entrada específico, além das considerações de relevância social e de importância política, com a tendência de ultrapassar os limites e ampliar os horizontes, evitando a conclusão prematura. O ato metodológico de "entrar" em um problema ou situação é, portanto, sempre "no meio do fluxo", nunca isoladamente, mas in medias res, no meio das coisas - sendo devidamente atrelado às obrigações de situar e historicizar (ver Tooze, 2021). Caminhos frequentemente expansivos, mas ainda assim "intermediários" e situados de investigação, explicação e construção de teorias são geralmente priorizados, reflexivamente aliados ao desenvolvimento, refinamento e interrogação de conceitos de nível médio. A análise conjuntural busca a mediação entre o macro e o micro, a época e o cotidiano, o estrutural e

o contingente, o histórico e o cotidiano, sem se desvincular de nenhum deles. Cética em relação à abordagens dedutivas que se apoiam muito em abstrações unilaterais ou narrativas monocausais, a análise conjuntural, no entanto, difere da teoria fundamentada [grounded theory] e dos métodos da teoria do agenciamento [assemblage], com menos liberdade indutiva do que a primeira e mais leal a (pro)posições teóricas (provisórias e revisáveis) do que a última (cf. Decoteau, 2018; Tavory e Timmermans, 2009).

A análise conjuntural se baseia em um entendimento distinto de articulação e causalidade, ecoando a concepção histórico-materialista do concreto como a "síntese de múltiplas determinações", mas também ressoando noções de interseccionalidade na teoria feminista, com algumas vertentes do pós-estruturalismo e com posições crítico-realistas sobre a causalidade percebida de maneira eventual, a codeterminação e o papel dos mecanismos e contextos mediadores. Em contraste às condições fechadas e controladas do laboratório, os sistemas sociais "abertos" raramente- ou nunca- revelam a conjunção de causa e efeito do tipo um-para-um (se A significa sempre e em todo lugar B); quase nunca há condições para uma causa singular ou não mediada; e, consequentemente, "não há razão para esperar que nas Ciências Sociais se aplique nada além da causalidade contingencial e conjuntural" (Steinmetz, 1998: 181). A análise conjuntural está preocupada em especificar e "separar" as fontes de causalidade que se sobrepõem e se cruzam em seu(s) estado(s) "emaranhado(s)" e que ocorre(m) socialmente, em situações que podem ser temporárias ou espacialmente próximas, mas muitas vezes não o são (ver Li, 2014). Os domínios de interrogação são estados variegados de conjunção inconstante, envolvidos em configurações sociais que variam, de forma significativa e constitutiva, ao longo do tempo e do espaço. Ou, como diz John Clarke de forma mais coloquial, em toda situação complexa e multideterminada, "há mais de uma coisa acontecendo" (Clarke e Cochrane, 2019: 131). Não se trata de submissão à contingência complexa, mas de um compromisso de enfrentar e desvendar a causalidade por meio de processos de interseção e mediação. A análise conjuntural rejeita a ideia de isolar algum "sinal" de causação singular e subjacente, eliminando o "ruído" da contingência. Em vez disso, ela envolve condições mais semelhantes à cacofonia e à fuga. Essa análise invoca um tratamento "turbulento" da causação (sempre confusa e mediada), em que "os eventos são causados por concatenações de forças múltiplas que se cruzam", expressas em formações sociais heterogêneas e combinatórias históricas e geograficamente únicas, em outras palavras, que não se repetem e não se replicam (Decoteau, 2018: 89; Paige, 1999; Sewell, 2004: 100–101).

Entendidos nesses termos, os espaços em questão abordados pela análise conjuntural sugerem uma concepção de causalidade que pode ser considerada como um Diagrama de Venn, que explora zonas de sobreposição e interação, em que sempre há mais de uma coisa acontecendo, sempre mais de um "condutor", tendência ou fonte de causação.

Portanto, a análise e a exposição conjuntural não são sobressalentes ou minimalistas, nem produzem modelos "limpos" expressos em termos parcimoniosos, ideais-típicos ou logicamente completos, ou na forma de sistemas sociais internamente coerentes e discretos. Como as condições de causação múltipla e mediada e a conjunção inconstante (ou "local") pressupõem uma plethora de configurações espaço-temporais distintas ou "atípicas", as pesquisas conjunturais habitam espaços de especificidade, baseados em ontologias sobre desenvolvimento desigual, hibridismo e disjunção, em vez de universalismo, convergência ou equilíbrio. Os domínios de investigação são momentos, locais e espaços de interação relacional e codeterminação, sempre sujeitos à mediação social e ao jogo da política. Em geral, essas situações são enfrentadas em tempo real, com a preocupação de documentar e explicar processos "ao vivo" de causação subjacente, ação social e estratégia política; formações sociais específicas e (des)equilíbrios de forças; e condições de existência e constituição mútua que se estendem pela história e, ao mesmo tempo, pelo horizonte. Em outras palavras, não são investigações autossuficientes ou bem "encaixadas", conectadas a limites pré-determinados ou a fontes de agência estritamente "locais". Em vez disso, elas tendem a trabalhar de forma iterativa, dando voltas e voltas (espacialmente) e se aventurando para frente e para trás (temporalmemente), reconstruindo, mapeando e traçando explicações (potenciais) no processo. Como disse Gillian Hart (2020:241), por exemplo, sobre uma abordagem distinta de "análise conjuntural global", os espaços de investigação "não são [entendidos] como unidades nacionais [ou regionais] delimitadas e pré-determinadas ou "casos" separados, mas sim como nós historicamente específicos, conectados de forma variada, em geografias históricas interconectadas globalmente - e como locais no processo global de produção, em vez de apenas receptores passivos deles".

Quando Stuart Hall iniciou o projeto de longo prazo sobre a crise e a reconstrução do arranjo social britânico do pós-guerra, ele foi tomado pela sensação de que a própria sociedade parecia estar "se desintegrando em suas costuras" (Hall et al., 2013: 1). Por trás dessa metáfora está uma concepção de articulação, juntamente com a leitura de Hall das conjunturas como "estruturas complexas", imperfeitamente costuradas a partir de uma diversidade de partes constituintes, nunca de forma fixa ou final. A composição cristalina

das formações conjunturais, portanto, não é redutível a uma essência singular ou a uma lógica discreta (pré)dominante; elas existem, em vez disso, como "combinações articuladas", em algumas circunstâncias se fundindo em "unidades contraditórias" (Hall, 2021: 220). Essa abordagem ressoa em leituras relativamente permeáveis e não reducionistas sobre as formações sociais capitalistas, como desigualmente desenvolvidas, variegadas, combinatórias e "construídas", cujas partes sempre em movimento não se encontram em estados (sólidos) de conjunção constante, livres de atrito, mas em configurações heterogêneas e contraditórias (cf. Jessop, 2018; Peck, 2023; Sewell, 2008). As emendas ou "soldas" dentro dessa ordem costurada (ou ecologia de ordens) se manterão sob algumas condições "instituídas", mas frequentemente se desgastarão, fraturarão ou "se desfarão" em momentos de crise e transformação acelerada (Hall e Massey, 2010). Da mesma forma, os processos de "reestruturação" econômica não devem ser entendidos como sinistros, inexoráveis ou teleológicos, mas como vetores contraditórios de transformação, constituídos de forma relacional no que equivale a um terreno movediço.

Engajar-se em tais processos é intervir in medias res, no meio das coisas, abrindo inevitavelmente questões de posicionamento e relacionalidade, uma vez que este não é um mundo composto de modelos independentes (cada um com sua própria lógica interna circunscrita), tampouco um mundo em que uma situação "local" possa "representar" (ou substituir) o todo. Portanto, a especificação do problema, o projeto de pesquisa e a "delimitação do caso" não podem ser exercícios inocentes, neutros ou pré-teóricos, pois há apenas uma série de locais "atípicos" (formações conjunturais) em um mundo desigualmente desenvolvido de outros locais atípicos, atravessados por interdependências relacionais. Há algumas repercussões aqui para o material metodológico utilizado pela geografia econômica crítica e pela economia política geográfica, que tendem a envolver investigações teoricamente sugestivas na "reestruturação do presente". Essas pesquisas são baseadas na análise de economias realmente existentes em sua forma regionalizada ou de rede, engajadas em tempo real e em primeira instância, frequentemente em meio a mudanças transformadoras.

As pesquisas conjunturais podem, em princípio, adotar pontos de entrada semelhantes, embora, em geral, elas se afastem de qualquer atribuição de status paradigmático ou "frontal" a essas formações contraditórias em movimento. Em vez disso, elas são mais atraídas por extremos (ostensivamente) sensíveis do que pela vanguarda das mudanças contemporâneas e pelos momentos intensos de reestruturação ou de crise, em vez

da análise de casos bem definidos ou de "modelos" em potencial. Nesses contextos mais confusos, os estudos não se sentem inclinados a priorizar fontes imediatas ou localmente endógenas de inovação, crescimento ou eficácia institucional, mas também nunca se contentam em simplesmente substituir relatos "internalistas" de causalidade por ações "externalistas" ou tratamentos de forças, restrições e determinações de cima para baixo.

A análise conjuntural tende a compartilhar com a economia política geográfica uma preocupação profunda com os papéis da contingência e do "contexto" (ver Hart, 2002, p. 2023; Leitner e Sheppard, 2020; Peck, 2012, 2023), mas, investe mais em sondar e problematizar os aspectos mais profundos e condicionantes desses contextos mais próximos e imediatos (os "contextos dos contextos", para resumir), envolvendo historicização, formas críticas de análise de padrões (não repetitivos) e o questionamento de posicionamentos e condições de existência para além do local. Isso atenua os modos de investigação e explicação localistas e presentistas, o privilégio de causas "interiores" ou próximas, a delimitação espacial rígida das áreas de estudo de caso e, por fim, os horizontes restritos de análise. Em vez disso, há uma preocupação com as "dobradiças" relacionais de constituição mútua entre o (supostamente) interno, local ou interior e o (também supostamente) exterior ou global, conforme sinalizado, por exemplo, em estruturas conceituais como a divisão espacial do trabalho, a economia geopolítica e algumas abordagens de reescalonamento do Estado e redes de produção global, em que as relações mais do que locais são engendradas (e atribuídas) relacionalmente, a partir de locais especificamente fundamentados (consulte Hart, 2023; Pickles e Smith, 2016; Werner, 2016; Werner e Bair, 2011).

As análises conjunturais podem ser mais densas, intensas e granulares nas proximidades de seus locais e situações-alvo, mas isso não significa que os espaços que estão além e nos entremelos sejam considerados territórios não demarcados, não estruturados e não teorizados, como geralmente ocorre quando cidades são apresentadas como protótipos ou arquétipos ou quando certas economias regionais são apresentadas como paradigmas, ou ainda na comparação formal de casos (supostamente) separados, independentes e autônomos. A análise conjuntural não concebe (ou aborda) lugares como "isolados" em termos geográficos ou como campo de provas de "modelos" internamente coerentes, mas os envolve de uma maneira que lembra a noção de Massey de "throwntogetherness" [acabar juntos]: locais heterogêneos de interação e articulação, moldados por relações e conexões constitutivas com outros lugares (ver Clarke, 2018; Massey, 1999), mas, ainda assim, unidos de uma maneira reconhecível (e não apenas de modo fortuito). Os locais de investigação

conjuntural podem se apresentar como pontos de junção, locais de encontro ou de conexões; como emaranhados ou "nós" em redes; ou como formações recombinantes, os quais denotam a inseparabilidade fundamental das características internas e das relações externas. Portanto, há conexões sugestivas entre a análise conjuntural e as abordagens relacionais para a comparação e a investigação entre locais (consulte Hart, 2023).

Invocar a "conjuntura" é abordar e problematizar as conexões relacionais, internas/externas, as "dobrações" e as articulações, e não as cortar ou circunscrevê-las. É improvável que a extensão, a forma e o escopo dessas relações constitutivas sejam empiricamente evidentes; elas não virão à tona necessariamente por meio das chamadas expedições científicas ou investigações estritamente indutivas. Elas estão adequadamente sujeitas à teorização contínua, mantendo um grau de lealdade aos princípios teóricos, sempre empregadas de forma reflexiva, juntamente com o compromisso proativo de interrogar e revisar as estruturas analíticas e os conceitos de nível médio adequados, bem como as categorias operacionais. Isso significa que as relações entre lugares, casos e locais de pesquisa, por um lado, e os mundos constitutivos que eles habitam, por outro, são questões (teóricas) desde o início, mas também questões abertas. Por conseguinte, a condução da análise conjuntural é incompatível com o adiamento da teorização, mesmo que a própria teorização seja entendida como um processo necessariamente incompleto, imperfeito e contínuo. As teorias provisórias ou "de partida" podem fornecer um esboço inicial dos eixos de preocupação relevantes e dos princípios de pertinência explanatória, além de destacar anomalias aparentes ou pontos de tensão. O papel da teoria aqui é semelhante ao de um "mapa" gerado iterativamente, nunca totalmente pré-determinado, mas que se desdobra por meio da própria análise e "melhora com o uso" (cf. McMichael, 1990; Tilly, 1984: 125). O problema do ovo e da galinha que as pesquisas conjunturais enfrentam é que elas não podem começar sem um mapa explanatório de algum tipo (seja ele um "mapa" provisório das configurações capitalistas do Estado, por exemplo, ou um mapa sobre o terreno dos conflitos capital-trabalho, a arquitetura das cadeias corporativas de suprimentos ou a geografia histórica das crises financeiras), mesmo que a orientação crítica exija o redesenho desses mapas. A análise conjuntural não segue as linhas retas da teoria existente para o caso exemplificado; ela não pode se limitar ao sombreamento de mapas explanatórios preexistentes, colorindo com segurança dentro das linhas, ou ao posicionamento predeterminado dos locais de estudo de caso em relação a um sistema mundial (totalmente conhecido). De natureza exploratória, a análise conjuntural visa ao mapeamento de novos

conhecimentos. Essa é uma forma distinta de explicação contextualizada no espaço-tempo, que busca "tanto explicar eventos e ideias específicos quanto mapear o movimento de um período como um todo, relacionando-os ao funcionamento de uma combinação dominante de causas" (Rosenberg, 2005: 29, grifo nosso).

Todavia, se a "teoria" não deve ser entronizada (e se tornar impermeável à revisão) nem adiada (para algum momento posterior, tal como na investigação livremente indutiva), de que outra forma ela deve ser empregada de forma construtiva? Há indícios a serem tomados aqui a partir da (re)concepção de Michael Burawoy sobre o método do caso estendido, em que há uma predisposição para a aplicação ativamente crítica, mas nunca ambivalente, de teorias provisórias e proto-explicações. Em resposta à questão incômoda, mas fundamental, sobre onde começar e onde ancorar um programa de investigação, há uma bússola aqui, se não um mapa totalmente formado: os locais de pesquisa, os casos e os espaços de problemas não estão na mira das teorias "preferidas" ou incipientes, como ilustração ou confirmação, mas sim onde essas teorias (com suas reivindicações e conceitos associados) podem ser desafiadas, ampliadas, testadas e talvez problematizadas. Por sua vez, Burawoy reserva um lugar especial para as anomalias definidas contra, ou em tensão com, as expectativas teoricamente informadas. As anomalias são definidas em relação às teorias "preferidas", porém críticas, com o objetivo de testá-las e reconstruí-las por meio de "experimentos cruciais".² É importante ressaltar que não se trata apenas de mobilizar teorias "de outros" como contrastes, contra os quais as exceções e discrepâncias são reunidas a serviço do sofisma ou da negação, já que isso estabelece um padrão muito baixo. No método do caso estendido, não há ambivalência nem alienação em relação à teoria existente, mas um compromisso com sua reconstrução adequada:

Começamos com nossa teoria favorita [buscando] não confirmações, mas refutações que nos inspirem a aprofundar essa teoria. Em vez de descobrir uma teoria fundamentada, elaboramos a teoria existente. Não nos preocupamos com a singularidade de nosso caso, pois não estamos interessados em sua "representatividade" como contribuição para a "reconstrução" da teoria. (Burawoy, 1998: 16)

²É claro que não haveria anomalias sem estruturas teóricas" (Paige, 1999: 798). A investigação de anomalias por meio de "casos cruciais" torna-se tanto um objetivo quanto um caminho para o desenvolvimento teórico.

A postura explanatória aqui é positiva, contudo, proativamente crítica, se não autocontraditória: "nossa postura em relação à teoria é kamikaze [já que em] nosso trabalho de campo não procuramos confirmações, mas refutações" (Burawoy, 1998: 20). Ainda que Stuart Hall não tenha se comprometido explicitamente com essa abordagem de teste de estresse, suas implantações da teoria crítica para informar maneiras de "invadir" situações e, em seguida, sondar abaixo das "aparências superficiais", foram, em muitos aspectos, manobras análogas, bem como sua prática de buscar "desvios pela teoria" informados conjunturalmente (Hall, 2018: 310). Como Burawoy, ele reconheceu o papel da teoria (prévia) como um dispositivo de orientação e a "teorização" como uma prática contínua.

A análise conjuntural é um convite para o que pode ser chamado de "teorização densa", na qual a conceitualização e a elaboração dos argumentos teóricos não são vistos como "recuos" na direção do empirismo, indutivismo ou descrição ideográfica, mas como meios de manter esses argumentos, posições e proposições juntos, em tensão generativa. Como Massey (1989: 695) explicou certa vez, "o objetivo deve ser usar a teoria geral para não a rejeitar [mas isso] significa usá-la em contextos específicos - pois não há contextos "gerais", nesse sentido, para usá-la". Em outras palavras, teorizar e contextualizar são dois lados da mesma moeda. Esse fato amplia as razões pelas quais a determinação dos locais de pesquisa, das situações de interesse e dos momentos de "corte", in medias res, não pode ser pré-teórica, mas sim combinar o normativo com o analítico. Em termos normativos, há uma orientação para momentos de crise, contestação e urgência sociopolítica e para locais onde são necessárias novas explicações. Em termos analíticos, há uma orientação para situações discrepantes, instáveis ou anômalas que se apresentam no limite dos entendimentos existentes ou como desafios a eles. Esses desafios podem ser frontais, como quer Burawoy, ou mais sinuosos, como sugere Hall, mas, ambos exigem uma postura proativa e reflexiva quando se trata da questão de por onde começar, no terreno irregular e "pedregoso" da conjuntura.

Em linhas gerais, estas orientações são compatíveis com as disposições predominantes na geografia econômica, cuja cultura teórica heterodoxa e eclética raramente permite que as ortodoxias se estabeleçam, e cujos avanços geralmente ocorrem por meio de críticas (generativas) às formulações dominantes, convencionais ou "metropolitanas". A análise conjuntural é igualmente predisposta contra a teorização universalizante ou "centrípeta", favorecendo intervenções metodológicas disruptivas, elaboradas com "mãos sujas", em vez de métodos mais formalizados, experimentos controlados e o refinamento de

modelos limpos. A análise conjuntural também oferece fundamentos distintos para a investigação em zonas de instabilidade, contestação ou conflito, em locais de reestruturação e transformação aceleradas e em espaços liminares ou por meio de casos-limites, definidos em relação à ortodoxias teóricas e normativas. Essas ações podem ser classificadas como movimentos de jiu-jítsu, ou seja, manobras metodológicas que usam o peso das explicações teóricas existentes contra as proposições centrais, atuando a partir de ângulos inesperados ou oblíquos para desequilibrar, redefinir ou perturbar os centros de gravidade. Embora possa envolver golpes de estrangulamento ou até mesmo quedas, não é necessário que seja um exercício agressivo; essas manobras também funcionam como autodefesa, reformulando teorias "favorecidas", desenvolvendo novas perspectivas e construindo novas relações.

Articulações metodológicas: abordando a China de forma conjuntural

A discussão até agora procurou destilar as características da análise conjuntural como um *ethos* e uma orientação metodológica distinta, preocupada com a tarefa de desembaraçar múltiplas linhas de causalidade congelada no terreno mutável e "pedregoso" de situações ricas em contexto. A partir disso, é possível identificar um conjunto de disposições críticas de práticas metodológicas. Em primeiro lugar, a heterogeneidade, a "atipicidade" e a indeterminação de tais situações carregadas de contexto são vistas não como obstáculos à teorização, mas como oportunidades para o desenvolvimento de novos e relevantes entendimentos, envolvendo teorizações reconstruídas e "mais densas". A análise conjuntural não "coleta amostras" em locais seguindo suposições de representatividade ou tipicidade. Os locais de pesquisa são vistos como loci de preocupação e de descobertas. Como justificativas para "entrar", esses locais servem como pontos de partida para explorações que não devem se restringir a horizontes de análise próximos ou presentes, mas que buscam historicizar e situar em termos espaciais e relacionais. O objetivo é forjar caminhos explicativos intermediários. Há uma recusa em se desviar para patamares pouco oxigenados do teoricismo desvinculado, com seu privilégio de explicações de cima para baixo, singulares, essencialistas e unilaterais. Mas, por outro lado, esse objetivo também é combinado com a determinação de evitar ficar desnecessariamente atolado nas ervas daninhas da descrição narrativa e nos modos de indução sem princípios teóricos. Portanto, as relações teoria-caso são ativamente problematizadas desde o início, enquanto os domínios

de exploração são navegados com a ajuda de estruturas conceituais de nível médio baseadas em leituras relacionais de constituição mútua e causação contingente.

A análise conjuntural combina a distinta preocupação de "analisar situações", para lembrar a frase gramsciana, com a orientação para situações teoricamente "abertas" e politicamente contestáveis. Ainda que não exista uma maneira única (ou melhor) de conceituar a conjuntura ou de buscar a análise conjuntural (consulte Clarke, 2017; Decoteau, 2018; Hart, 2020, 2023), há características distintas que acompanham tanto a orientação ontológica quanto a abordagem epistemológica. Nesse espírito, os tópicos da discussão até agora estão resumidos na Tabela 1, não como regras fixas, mas como um grupo reconhecível de posições prévias, compromissos e regras práticas. Muitas delas, notadamente, estão em vários graus de contraste com as manobras metodológicas mais ortodoxas, como o controle do contexto, o isolamento de variáveis determinantes, a delimitação de investigações em termos temporais ou espaciais, ou a procura de modelos simples e explicações parcimoniosas.

Tabela 1 - Metodologias conjunturais: orientações, compromissos e regras de ouro

Análise de situações: Começando pelo ponto incisivo das contestações, crises e reestruturações intensificadas, entendidas como momentos de revelação, de ação estratégica e de luta intensa; obrigatoriedade de contextualizar e situar em termos de espaço-tempo; utilização de teorias críticas como dispositivos de orientação.

Horizontes abertos: em contraste com as aspirações de conclusão teórica e o refinamento de conceitos e categorias bem delineados, a análise conjuntural permite um campo de ação mais aberto de teorização contínua, categorias conceituais revisáveis e investigação iterativa; os locais para análise conjuntural também podem ser momentos de contestação política, risco e oportunidade, em que novas interpretações e análises podem servir a propósitos, além dos acadêmicos.

Articulação: A conjuntura funciona como o local e a síntese de múltiplas determinações; processos de interseção de condicionamento e causalidade; priorização da constituição mútua e relacional em detrimento da determinação unilateral ou da simples primazia de causas internas ou externas.

Anomalias e disruptões: Crises como momentos de estímulo; "teste de estresse" de protó-explicações e teorias potencialmente profícias em espaços de contradição e disjunção; abordagem da diferença socioespacial, seja dentro ou entre os espaços em foco na investigação.

Teorização densa: Explicação rica em contexto, desenvolvida no "'terreno pedregoso' da conjuntura"; elaboração e reformulação de argumentos teóricos; exploração de (limites e escopo

de) conceitos de nível médio, mediando entre a época e o acontecimento; evitar a forte dedução e a simples indução.

Historicização: Trabalhar ao longo de arcos de transformação (histórica), além do presentismo e de análises abreviadas; considerando histórias descontinuadas e múltiplas fontes e ritmos de temporalidade, com um foco estratégico em escalas de tempo históricas de médio alcance e movimentos na "vida" das formações sociais.

Desenvolvimento desigual e combinado: Na ausência de tábula rasa e de "superfícies lisas", os locais e as situações de pesquisa são estrategicamente identificados como loci de preocupação; busca, investigações ilimitadas, espiralando 'de e para' locais e situações; ênfase na combinação e nas relações interlocais.

Relações escalares: Análises multiescalares, em vez de monoescalares, que consideram articulações interescalares e a sua constituição mútua; e que transcendem o nacionalismo/globalismo/localismo metodológico, concentrando-se, em vez disso, em junções críticas" ou pontos de articulação.

O restante do artigo se volta para a tarefa de mobilizar essa abordagem em diálogo com a problemática do capitalismo chinês, investigando algumas das diferenças que a análise conjuntural pode fazer. Poder-se-ia afirmar que essa categoria de caso confusa exige alguma forma de tratamento crítico conjuntural. Há décadas, tem havido repetidas tentativas de definir o "modelo da China" de acordo com características internas e sui generis, muitas vezes em oposição a um modelo "ocidental" (similarmente essencializado), sendo que poucas se saem bem diante do escrutínio crítico (consulte Jones e Hameiri, 2021, McNally, 2019). Esses e outros debates têm sido acometidos por formulações de oposição e diádes conceituais - como plano versus mercado, público versus privado, capitalismo versus socialismo, liberalismo versus autoritarismo, Oriente versus Ocidente - que, no contexto da "China pós-Mao, continuam a perder o sentido" (Pearson et al., 2020: 7, grifo nosso). Na verdade, somente os partidários ou dogmáticos insistirão em classificar a China, inequivocamente, em um lado ou outro de tais divisões binárias grosseiramente traçadas, enquanto as teorias de transição convencionais também têm sido cada vez mais questionadas. A situação é ainda mais complicada pelo fato de que qualquer análise confiável sobre o modo (ou modelo) de desenvolvimento chinês deve levar em conta o terreno histórico-mundial no qual ele foi dialeticamente (re)produzido, ao equilibrar uma avaliação crítica das capacidades e estratégias "internas" com uma série de fontes "externas" ou offshore de codeterminação, incluindo a liberalização incompleta do comércio mundial, a

transnacionalização desigual e um tanto frágil das cadeias corporativas de suprimentos e os ciclos de congelamento e descongelamento na geopolítica (consulte Rolf, 2021; Rosenberg e Boyle, 2019). Não há maneira significativa de isolar ou sequestrar hermeticamente as características nominalmente internas desse modelo (governança pragmática, gradualismo experimental, economia social de mercado e assim por diante) de uma série de fontes "externas" de interdependência e determinação mútua.

Em outras palavras, aparentemente não está claro o bastante que o "modelo da China" é exatamente um modelo, bem como a direção em que ele está indo e sua relação com os outros no cenário mundial. A aparente inescrutabilidade do caso chinês diante das teorias existentes (ou "ocidentais") criou não apenas uma abertura para reivindicações de excepcionalismo, mas uma rodovia de seis pistas, com explicações que trafegam em todas as direções, algumas delas bloqueadas. Há aqueles que se contentam em ocupar a pista lenta da idiossincrasia descritiva e do excepcionalismo cultural, gesticulando contra os gigantes da chamada Teoria Ocidental. Outros têm mudado não apenas de pista, mas, ocasionalmente, até de direção. David Harvey, que antes estava convencido de que a China, da era da reforma, havia cruzado de forma abrangente o limiar (ou Rubicão) do capitalismo neoliberal, embora como um "caso especial", desde então passou a defender (totalmente) a visão de que o regime de Xi poderia estar engendrando uma "redefinição fundamental", possivelmente até mesmo uma "configuração revolucionária", presumivelmente no caminho para alguma variante do socialismo, até então desconhecida (Harvey, 2005:137, 121; 2021).

Tais estados de ambiguidade teórica e política não precisam ser um impedimento para a análise conjuntural. Ao contrário, eles estimulam exatamente esse tipo de abordagem exploratória. Orientada para começar por uma interpretação contestável de circunstâncias e situações realmente existentes, a análise conjuntural pode abordar a problemática do capitalismo chinês de várias maneiras. Mas ela também deve começar, de uma forma ou de outra, com teorias plausíveis dessas condições realmente existentes, e não colocando alfinetes aleatoriamente no mapa. Aqueles que seguirem o conselho de Burawoy começarão com uma teorização com algum grau de confiança (senão de convicção), embora atentos a possíveis anomalias e oportunidades para testes de estresse e reconstrução eventual. A escolha em si, nem é preciso dizer, será específica para o projeto e será uma entre muitas. Evitando a estratégia de indução simples, a advertência para "começar com" uma teoria preferida reduz o escopo para equívocos, dúvidas ou ambivalência. Isso significa assumir uma posição, se não uma resistência, ainda que casada com uma orientação crítica,

começando com a conceituação e o projeto de pesquisa e passando por um processo iterativo de investigação empírica, adaptação metodológica e explicação (multi)causal. Para a análise conjuntural, embora as teorias "iniciais" devam ter potencial explanatório, elas não precisam denominar uma estrutura fixa ou estanque. Em vez disso, como formulações provisórias, elas são uma fonte de proposições geradoras, provocações e princípios de pertinência explanatória (esperada) - as quais estão sujeitas a questionamento, revisão e reconstrução.

Uma teoria candidata a ponto de partida é a ideia apropriadamente formulada de capitalismo de partido-Estado (*party-state capitalism*). Para os objetivos desse artigo, na perspectiva da análise conjuntural, o que é pertinente não é tanto a veracidade dessa concepção específica em relação a outros relatos conflitantes do capitalismo chinês, mas sim o tipo de conceito que se pode dizer sobre o CPE. Embora o termo já esteja em circulação há algum tempo, em grande parte sem princípios teóricos, o capitalismo de partido-estado ganhou certa popularidade como um conceito emergente na ciência política heterodoxa, ao mesmo tempo em que também serve como categoria emergente na prática interpretativa, como uma formulação favorecida por *think tanks* críticos em Berlim e Washington, DC (veja Blanchette, 2021; Grünberg, 2021; Pearson et al., 2020). Em exposição sucinta sobre a tese, Pearson et al. explicam que o capitalismo de partido-estado pode ser considerado uma subespécie do capitalismo de Estado (que eles consideram como um conceito caótico), cuja forma distinta só começou a se estabilizar no tempo a partir de 2008, e essa forma aparentemente sui generis está evidentemente se tornando "menos compatível" com o próprio gênero amplo e incipiente:

O processo de reforma econômica da China pós-Mao sempre foi multifacetado, não linear e contestado. Ele não seguiu um modelo padrão definido... Sob o governo de Xi, o [Partido] (...) ampliou sua autoridade e alcance - organizacional, financeira e política - nas relações econômicas internas e externas da China. Embora as metas de desenvolvimento anteriores permaneçam intactas, elas foram ofuscadas por iniciativas que colocam a política no comando com o objetivo de mitigar os riscos percebidos para a sobrevivência política do partido... O capitalismo do partido-estado exibe uma nova combinação de poder estatal e organizacional, de financiamento e de atividades de empresa. (2021: 207,208,209)

É preciso dizer que as formulações convencionais sobre capitalismo de partido-Estado (CPE) tendem a ser, quase que por predefinição, metodologicamente nacionalistas, nesse aspecto ecoando as abordagens convencionais sobre a variedade capitalista e o "modelo" da China. Novamente, isso se apresenta como mais uma abertura para a análise conjuntural do que uma barreira à sua aplicação, uma vez que uma série casuística de

questões é colocada em relação, por exemplo, à constituição escalar e ao desenvolvimento desigual do CPE, bem como à sua presença extraterritorial e alcance offshore (consulte Jones e Hameiri, 2021; Lee, 2017, 2022; McNally, 2019; Rolf, 2021; Zhang e Peck, 2016).

De maneira tridimensional e de origem multicausal, em vez de um modelo singular, o CPE, na melhor das hipóteses, sinaliza uma unidade contraditória com o "partido" (comunista) sendo interligado e coproduzido com o "Estado" (chinês), embora não de maneira contínua ou sinônima; o "capitalismo" em sua forma tacitamente variegada se fundindo, interagindo e se chocando com ambos. Os três elementos constituintes desta formulação combinatória e composta - partido, estado, capitalismo - não são sincrônicos e nem coincidentes, e, como tal, não lhes é atribuída integridade funcional ou coerência institucional. As discussões existentes sobre o CPE tendem, na prática, a se preocupar com o P da sigla em sua forma chinesa, tendo menos a dizer de forma explícita e conceitualmente rigorosa sobre essa configuração do Estado e do capitalismo (e menos ainda sobre como eles podem se relacionar com os outros em outros lugares). Na realidade, o que é potencialmente gerador aqui é essa condição de incompletude e provisoria. Há um convite para teorizar C, P e E, cada um em seus próprios termos, bem como em conjunto, sendo que nenhum desses constituintes mutuamente articulados pode ser reduzido ou subordinado aos outros. A forma "composta" do próprio capitalismo não é menos importante, e é apresentada como uma questão. Do lado de fora, não há classificação a priori para uma taxonomia transversal da "variedade" capitalista, nem para qualquer mapa completo do sistema mundial. Consequentemente, a constituição mútua do CPE com o sistema capitalista global é problematizada (ver Franceschini e Loubere, 2022; Lee, 2017), com implicações para sua articulação e representação "interna". No discurso oficial do Partido Comunista Chinês (PCC), deve-se observar que a nomenclatura da economia de mercado socialista é a preferida, sendo que o "capitalismo" não tem presença doméstica reconhecida, com a exceção conspícuia de Hong Kong e Macau.

O compósito cristalino formado pelo CPE pode apresentar certo grau de integridade instituída (e estabilidade política), incluindo a capacidade de manter um certo padrão de desenvolvimento espacial desigual e relações centro-locais, mas está repleto de fraturas e tensões internas. Não menos importante, isso é moldado por dinâmicas causais, pressões e contrapressões que são múltiplas, não singulares, e que juntas constituem um campo de força multidimensional (e um terreno político) que dificilmente será dominado por um único eixo de transformação, de força-resistência ou de ação-resposta. Além disso, o

construto teórico preliminar que é o CPE tem capacidade suficiente para exigir atenção às descontinuidades e heterogeneidades "internas", em contraste com as formulações "rígidas" concebidas como referência a um caso único, paradigmático ou ideal-típico³.

Este não é o lugar para nos aprofundarmos muito nas especificidades da proposição teórica provisória e funcional que é o CPE. Basta dizer que esse retrato de uma formação social híbrida e heterogênea vinculada a uma periodização tácita (pós-crise financeira global, na esteira da disputa ideológica e política entre os "modelos" de Chongqing e Guangdong, por meio da evolução do xiismo, e assim por diante) - suscita perguntas desafiadoras sobre os antecedentes e os pontos de inflexão, o desenvolvimento desigual, as contradições incipientes e muito mais. Novamente, para fins de ilustração metodológica, a discussão aqui é introduzida por meio de três eixos ou dimensões de análise conjuntural - historicização e temporalidade, desenvolvimento desigual e regionalidade, e escala e relações escalares. Esses eixos estão isolados por motivos heurísticos, não por serem manobras separadas ou sequenciais dentro da prática da análise conjuntural. A discussão a seguir sobre como a região AGB (Área da Grande Baía) do sudeste da China pode ser enquadrada como um local para análise conjuntural visa indicar como podem ser combinados.

Historicização e temporalidade

A complexa historicização, que se refere a temporalidades emaranhadas em vez de cronologia simples ou periodização convencional, está incorporada à metodologia da análise conjuntural. Na prática, os estudos conjunturais geralmente adotam a "ponta afiada" das lutas, crises ou contestações contemporâneas como ponto de partida (e, não raro, como sua principal motivação). Eles abordarão questões urgentes relacionadas ao presente historicizado, entendido como o resultado complexo de várias linhas de determinação e condições de existência, todas com suas próprias temporalidades, amplitudes e histórias de origem. A análise conjuntural deve ir além dos domínios de investigação imediatistas e presentistas para explorar o que Braudel (1996) chama de histórias conjunturais, abrangendo

³As formulações recentes do CPE têm sido amplamente indexadas ao caso único da China, da mesma forma que tendem a liderar com discussões sobre P, dando menos atenção à forma do E ou ao desenvolvimento desigual do C. Juntamente com o nacionalismo metodológico implícito nessa literatura, essas questões se apresentam como questões para questionamento crítico por meio de análise conjuntural, e não para reprodução passiva.

movimentos de médio prazo em padrões socioeconômicos e formações institucionalizadas (cada uma com suas próprias geografias), por exemplo, ao longo do período de ondas de Kondratiev, oscilações de Kuznets ou escalas de tempo teóricas de regulação, geralmente com várias décadas⁴. Animada por momentos indisciplinados de crise, a história é vista como se movendo, ou cambaleando, "de uma conjuntura para outra" (Hall e Massey, 2010: 57). Consequentemente, a história é vista como "irregular", em camadas e descontínua, com investigações conjunturais que geralmente remontam a momentos contemporâneos de crise ou ruptura em formações sociais institucionalizadas e sua reprodução a médio prazo. Trata-se, é claro, de mais do que simples cronologias ou histórias de predestinação, mas de histórias teoricamente fundamentadas da vida episódica de formações sociais que a própria análise precisará necessariamente testar e problematizar, em vez de assumir como dado.

Com relação ao caso chinês, não se trata de negar o significado simbólico e material de 1978, como o "ano de referência" para o processo de reforma e abertura, mas de reconhecer que uma dependência excessiva de um momento regulatório tão singular e ostensivamente crucial corre o risco de suprimir linhas mais profundas de continuidade e ofuscar pontos de influência subsequentes. Aqui, o conceito emergente de CPE é construtivamente perturbador, pois sua associação com o controle estendido do partido na época de Xi sinaliza uma possível ruptura com os padrões de liberalização, mercantilização, reestruturação descentralizada do Estado e integração global da era da reforma. Mas o conceito de PSC também pode ser visto como uma teoria de transição em si, na companhia de outras que apontam para um "retorno", na última década ou mais, a modos de desenvolvimento (mais) "estatistas", ostensivamente como uma reversão de tendências outrora predominantes na direção da liberalização. Junto com a obrigação de historicizar vem o imperativo de problematizar ativamente as teorias "de partida" e de não trabalhar somente com elas, mas ir além das periodizações existentes, dos pontos de virada reconhecidos e dos ciclos de crise. As investigações conjunturais devem procurar explicar os movimentos que se cruzam, mas talvez assíncronos, associados à evolução das estruturas e estratégias do partido-estado, aos impulsos e padrões de mercantilização e (re)formação de

⁴ Braudel (1996) distinguiu entre histórias "estruturais", aquelas que se movem quase que glacialmente, ao longo da *longue durée*; histórias "conjunturais", que se estendem por décadas e abrangem movimentos cílicos; e histórias "cotidianas" ou de eventos, que abrangem o momento efêmero da política e o jogo cotidiano dos eventos (consulte Kinser, 1981; Peck e Phillips, 2020; Sewell, 2005). Sua iniciativa foi transcender as histórias ortodoxas de eventos ao implantar a ideia estrutural [de] histórias "sobrepostas" que se transpõem em geografias longas e duradouras", sendo uma conjuntura análoga ao "cenário em que os eventos", a política e as pessoas de uma determinada época... acontecem" (Plys e Lemert, 2021: 53, grifo nosso).

classe e às modalidades de desenvolvimento capitalista, a partir dos quais a formação provisoriamente rotulada como CPE consegue se manter unida em uma unidade contraditória. Isso requer uma historicização rigorosa, aliada a avaliações investigativas do equilíbrio mutável de forças, padrões de institucionalização e contestação social e pontos incipientes de crise ou conciliação. Fazer isso não significa evitar nem excluir a questão controversa de saber se a China contemporânea é definitivamente capitalista. No entanto, em vez de colocar essa questão como ponto de partida, pedindo uma resposta reducionista do tipo "sim ou não", ela é transposta para uma questão de interpretação (qualitativa): quando, onde e de que forma pode-se dizer que a China "se tornou" capitalista?

Desenvolvimento desigual e regionalidade

Embora a historicização seja uma preocupação essencial na análise conjuntural, as funções constitutivas da espacialidade e da escala têm recebido menos atenção (ver Hart, 2023; Leitner e Sheppard, 2020; Peck, 2017). As abordagens existentes para a análise conjuntural permanecem um pouco vulneráveis às críticas do nacionalismo metodológico, ainda que de forma latente. Mesmo que sejam tipicamente não delimitados e muitas vezes transcendam o nacional como escala e ponto de referência implícito, os estudos conjunturais têm sido mais atentos à temporalidade e à reprodução do passado no presente contestado do que a questões de espaço, espacialidade e escala. No entanto, isso pode ser uma medida de seu potencial não plenamente realizado. Como Tsing (2015: 205) escreveu, "em vez de nos mostrar uma estrutura abrangente, as conjunturas nos mostram como seguir conexões que entram e saem de nações, regiões e paisagens locais". Da mesma forma, a combinação generativa de Hart (2023) de comparação relacional e análise "conjuntural global" é notável por sua atenção às questões de espacialidade que abordam e, ao mesmo tempo, ultrapassam o quadro nacional.

A análise conjuntural busca se engajar por meio do concreto, do incorporado e do realmente existente, por meio dos domínios do empírico e do histórico, e por meio das arenas de luta social e politização, contextualizando de maneiras que não são apenas temporais, mas, na verdade, espaço temporais (consulte Clarke, 2018, 2019; Leitnere Sheppard, 2020). A "análise de situações", nesse sentido, implica abordagens que devem, de alguma forma, problematizar a situação geográfica (relativa) e a posição. E assim como essas análises devem transcender o presente em reestruturação, elas também são obrigadas a ultrapassar o local, o adjacente e o próximo. No entanto, isso claramente apresenta desafios

práticos, bem como metodológicos e interpretativos. Muitos geógrafos econômicos optam por "acessar" questões de reestruturação capitalista em escalas locais, urbanas ou regionais, muitas vezes aliadas a uma preocupação de desagregar ou desestabilizar o que é visto como formulações "globais" prepotentes. Entre e para além desses locais de pesquisa particularizados, a dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual é amplamente reconhecida, em termos constitutivos ou como um fato ontológico da vida, embora a problematização teórica e metodológica explícita dessas relações extra-locais tenda a ser desigual. O desafio para as abordagens conjunturais que trabalham "para fora" das configurações localizadas é como "ativar" uma preocupação integral com a dinâmica do desenvolvimento espacial desigual, em vez de cair em práticas padronizadas de localismo metodológico. Esse dilema foi bem resumido por William Sewell, em suas reflexões sobre o estudo do "capitalismo [como] história repleta de eventos em esteroides", à luz das normas metodológicas no campo transdisciplinar da socioeconomia, em que (assim como na geografia econômica) a tendência é começar com a parte e não com o todo, e

se apegar ao lado mais concreto das coisas ... e à inserção social da vida econômica. Tendemos a considerar a pressão contínua da acumulação interminável como algo mais ou menos garantido, em vez de estarmos sempre atentos às formas como essas tendências abstratamente constantes, mas concretamente em constante mudança, se misturam com as histórias temporalmente mais locais... [Mas devemos] tentar fazer com que nossos estudos mais locais contribuam para a compreensão do todo de alguma forma além de produzir tijolos empíricos a serem adicionados à grande edição em algum momento no futuro indefinido. Devemos estar atentos às temporalidades múltiplas e contraditórias do capitalismo e à forma como elas se manifestam nas instituições ou nos problemas que estudamos. Devemos sempre estar cientes de que nossas histórias particulares fazem parte de uma história de larga escala e de longo prazo de acumulação estruturada e dinâmica, mas imprevisível e talvez, em última análise, sem direção (Sewell, 2008: 532, 535).

A principal preocupação de Sewell aqui é com as (diversas) temporalidades e com o desenvolvimento histórico desigual do capitalismo e, especialmente, com aquelas decorrentes de abstrações "reais", como ciclos de negócios e dinâmicas expansionistas, cujas amplitudes mais longas "atravessam" suas particularidades e instâncias sempre em constante evolução, de maneiras que às vezes são difíceis de discernir por meio de investigações mais granulares e locais. Se o capitalismo é, como argumenta Sewell, expansivo, mas também sem direção, globalizante, mas polimorfo, e contingentemente hiperdinâmico de maneiras que muitas vezes são padronizadas, mas não repetidas, também se conclui que o desenvolvimento geográfico desigual representa "uma forma específica assumida por

eventos [espacialmente agrupados] dentro do capitalismo, ou, dito de outra forma, os eventos são transfigurados pela lógica do capital na forma de desenvolvimento desigual" (Sewell, 2008: 528). Consequentemente, os eventos ocorrem, de modo que o estado de hiperdinamicidade do capitalismo só pode ser realizado por meio do desenvolvimento espacial desigual, mesmo que as formas resultantes sejam (e só possam ser) conjunturalmente contingentes. Fazendo eco a Braudel, a produção conjuntural dos "cenários" (regionalizados) em que se desenrolam as vidas e os eventos econômicos é um processo com ritmos e padrões próprios, mais do que uma mera agregação dessas vidas e eventos, ou algum efeito colateral das leis abstratas do capitalismo. Nesse sentido, as conjunturas não podem ser reduzidas a microfundamentos nem são simplesmente os epifenômenos de uma ordem macro pré-determinada.

A heterogeneidade inter-regional da China e as teias de conexão constitutiva que se estendem por circuitos políticos e econômicos nas escalas nacional e global (Rolf, 2021; Zhang e Peck, 2016) atenuam a maioria das estratégias metodologicamente viáveis para o estudo comparativo inter-regional, ao mesmo tempo em que certamente descartam qualquer noção de que possa existir uma região "típica" ou "representativa". "A China", observou Rithmire (2014: 165), "não é um lugar único". As respostas conjunturais a esse enigma vão tender a priorizar o anômalo e o disruptivo em relação às presunções de representatividade ou tipicidade (ideal), juntamente com uma preocupação com a heterogeneidade, a (re)combinação e a causalidade do diagrama de Venn, em vez de racionalidades singulares, coerência sistêmica, lógicas endógenas ou primazia causal "interna".

Por mais cética que seja em relação ao internalismo metodológico, às investigações restritas e às fortes reivindicações de integridade ou homologia regional, a análise conjuntural tenderá a abordar as regiões como formações articuladas, sujeitas a uma complexa codeterminação e "relacionadas" a outras regiões. Ela está particularmente preocupada com os mecanismos instituídos que conectam, articulam e contextualizam as configurações "regionais", questionando como (em vez de presumir que) elas se unem, tanto inter-regionalmente quanto intra-regionalmente. De acordo com Grossberg (2019: 42, 43), as formações regionalizadas podem ser pensadas como "espaços-problema" [de pesquisa], como pontos de ancoragem para análises que, por razões pragmáticas, também precisam "começar em algum lugar", mas que também devem levar em conta (e considerar) os pontos de entrada escolhidos e os caminhos explicativos subsequentes. Um estudo conjuntural sobre

o CPE, por exemplo, que começasse com uma região subnacional, abriria inevitavelmente questões sobre a posição e a situação relativas dessa região específica (dentro dos circuitos de capital e trabalho, a estrutura do partido-estado e assim por diante) e, por sua vez, sobre a constituição inter-regional da formação social nacional - em outras palavras, seu próprio desenvolvimento desigual. Nesse contexto, a análise conjuntural tenderá a orientar-se por questões de posicionamento e articulação, pelas "dobradiças" entre as condições regionais e as relações mais do que regionais. Não há expectativa de que as regiões possam servir como microcosmos (onde a parte representa o todo), menos ainda como "modelos" (autônomos).

Escala e Relações escalares

Não se pode negar a vantagem a ser obtida com as abordagens de análise conjuntural em vários locais (e relationalmente comparativas), embora, como Leitner e Sheppard (2020) reconhecem, o escopo de tais empreendimentos pareça exigir não apenas colaborações criativas, mas também recursos substanciais. Se as abordagens conjunturais comparativas buscam atrair locais diferentes (mas relacionados) para o mesmo quadro analítico (Hart, 2020, 2023), problematizar explicitamente a escala é imaginar algo como uma manobra ortogonal, trabalhando por meio de relações interescalares. Embora seja muito mais fácil falar do que fazer, a realização de abordagens para a análise interescalar pode ser uma das vantagens metodológicas comparativas da geografia econômica e da economia política geográfica. Essa abordagem consideraria as questões de escala, assim como as de espacialidade e temporalidade de forma mais geral, com referência à relationalidade e à descontinuidade; as “escalas” não são nem naturalizadas nem pré-dadas, mas sim entendidas como socialmente produzidas e contestadas, mutuamente constitutivas e (desigualmente) institucionalizadas

Está bem definido que o Estado chinês tem sido amplamente refeito por meio de dinâmicas contestadas de governança multinível e lutas de poder em vários níveis (consulte Jones e Hameiri, 2021; Lim, 2019; McNally, 2019). No entanto, mesmo que tenha se intensificado durante a era da reforma, esse “reescalonamento” não pode ser classificado apenas nesse período. Além disso, a constituição escalar do PSC da China parece ser paralela, em vez de se assemelhar significativamente, às variantes ocidentais do federalismo. Nesse contexto, ainda há muito a ser aprendido, principalmente sobre os modos distintos de estratégia econômica regionalizada que proliferaram no sistema “desagregado”, mas “dirigido” centralmente da China, no qual a governança descentralizada e os “projetos de

alto nível" sancionados pelo partido coexistem, em vez de serem substitutos de soma zero um do outro.

O consenso da corrente dominante que antes equiparava a descentralização à liberalização, como características fundamentais e mutuamente reforçadoras da era da reforma, foi interrompido (mesmo que não tenha sido "revertido" sem problemas) pela consolidação e centralização de (certos) poderes sob o regime de Xi. Como observou Rithmire (2014: 189), "talvez o elemento mais intrigante e menos compreendido do sistema político da China em geral seja a interação entre o poder político em diferentes escalas". No entanto, as respostas adequadas a essas questões sobre a dinâmica do reescalonamento do partido-estado e do desenvolvimento capitalista desigual (mais do que) certamente permanecerão indefinidas se as relações centro-locais forem retratadas em termos de soma zero ou se o localismo metodológico for substituído pelo nacionalismo metodológico. As análises que se restringem a uma única escala, ou que assumem concepções reducionistas e unidirecionais de reescalonamento, como descentralização ou recentralização, não se encaixam bem na análise conjuntural. Em vez disso, elas vêm com um convite para abraçar as investigações interescalares, especialmente aquelas sintonizadas com as zonas de atrito e tensão propensas a crises nas relações escalares. Como o caso chinês claramente não se assemelha nem a um sistema unitário nem a um federalista, o "reescalonamento" tende a se apresentar como um terreno de reinvenção e luta institucional, condições que a análise conjuntural está bem-posicionada para explorar.

Estruturando uma grande baía

A megarregião AGB é uma zona fronteiriça incipiente e fraturada que se estende - enquanto busca "integrar" - as pós-colônias capitalistas liberais de Hong Kong e Macau com nove das cidades socialistas de mercado de Guangdong, lideradas por Shenzhen. Esse diagrama de Venn embaralhado de uma região certamente se qualifica como um espaço-problema de pesquisa. Ele não se apresenta de forma plausível como singular ou coerente (em outras palavras, a região em si dificilmente é "dada"), mas, em vez disso, internaliza diferenças ostensivamente "sistêmicas" - para não dizer contradições - entre culturas político-econômicas e modos de regulação. Os ambiciosos planos de Pequim para a AGB buscam capitalizar uma forma única de integração megarregional, não por meio de convergência institucional ou competitiva, mas alavancando complementaridades interurbanas e diferenças sistêmicas. Como uma região descontínua definida, em grande

parte, por suas falhas internas e por sua inscrição incompleta e desigual no âmbito do partido-estado, a AGB também lembra a definição de articulação de dois lados de Stuart Hall, como uma combinação da articulação de discursos dominantes (narrativas aspiracionais de macrorregionalidade incipiente) com atenção às formações sociais articuladas (processos contraditórios de recombinação, em transformação ampliada). Na medida que a AGB realmente "existe", ela o é, em grande medida, uma estratégia discursiva e aspiracional oficial do partido-estado para assimilar o que há muito tempo tem sido uma região dinâmica, mas desarticulada, segmentada não apenas por divisões jurisdicionais e rivalidades competitivas, mas também pelo legado decadente (mas cada vez mais ambíguo) do acordo "um país, dois sistemas" (1C2S).

Promulgado em 2019, o projeto de desenvolvimento da AGB foi prontamente ofuscado pela eclosão de distúrbios civis em grande escala em Hong Kong, os quais foram abruptamente interrompidos pela imposição de uma legislação de "segurança nacional" de longo alcance. Desde então, Hong Kong tem sido governada sob os signos da "ordem" e da "estabilidade", mesmo que as tensões subjacentes permaneçam. Enquanto isso, o plano estratégico para a AGB, que poderia ter sido relegado a um status marginal, como apenas o mais recente de uma série de projetos de desenvolvimento econômico pan-regional, em geral de pouco impacto, foi de fato acionado para assumir o peso da "integração". Hoje, o projeto AGB é retratado como uma oportunidade estratégica para Hong Kong reiniciar seu projeto de crescimento dentro de uma estrutura de desenvolvimento nacional "megarregionalizado". Na verdade, o plano também pode representar a única opção de Hong Kong. Enquanto isso, para os líderes do partido e agentes estatais em Pequim, o esquema AGB pode ser grande demais para fracassar, politicamente, mas possivelmente também frágil demais para ter sucesso, institucionalmente.

Talvez, a AGB também seja grande demais - e heterogênea demais - para um "caso" convencional. Se os estudos de caso, classicamente falando, são concebidos de modo a capturar o "caráter unitário" do objeto social ou da situação em questão (cf. Mitchell, 1983), então regiões vastas, desigualmente desenvolvidas e multifacetadas como a AGB (cuja escala e heterogeneidade são comparáveis a alguns dos maiores estados-nação) apresentam um tipo de desafio metodológico totalmente diferente. No entanto, uma situação que poderia, de outra forma, convidar a uma mudança metodológica, reduzindo a escala para o nível de investigações mais fáceis ou "locais", representa uma oportunidade generativa para a análise conjuntural. Nesse sentido, as estratégias de delimitação do caso devem trabalhar para

ultrapassar limites, parâmetros e unidades pré-determinados, problematizando descontinuidades, atritos e diferenças por meio de explorações em registros de médio alcance que busquem envolver, ao mesmo tempo, o macroeconômico, o sistêmico (mundial), o fundamentado e o cotidiano. Tudo menos uma região pré-datada (senso comum ou institucionalizada), ou até mesmo uma formação híbrida, a AGB existe em um estado móvel de emergência contraditória e recombinação parcial. Sua fórmula subjacente "9 + 2" (ligando nove cidades em vários estágios de transformação socialista tardia com duas economias offshore no crepúsculo do liberalismo pós-colonial) é, por força da nomenclatura oficial, duas partes capitalistas e nove partes não capitalistas. Os discursos ambiciosos da AGB costumam invocar a ideia de que essa é uma região de soma positiva, pronta para capitalizar seu próprio Vale do Silício (centrado no complexo tecnológico de Shenzhen), sua própria Londres (no complexo financeiro internacional de Hong Kong), sua própria Las Vegas (na economia de jogos de Macau) e sua própria Bruxelas (no centro administrativo de Guangzhou), enquanto sua economia policêntrica de "oficina global", que se estende até a província vizinha de Guangdong, foi comparada à área da baía de Tóquio. É possível que qualquer uma dessas economias sub-regionais possa ser "um estudo de caso", mas nenhuma delas, por si só, poderia representar, substituir ou abranger de forma significativa as propriedades super emergentes da própria região AGB. Pode-se dizer que essa região em espera é mais e menos do que algumas dessas partes, e certamente diferente de qualquer simples agregação dessas partes, um produto ainda emergente de seu próprio desenvolvimento desigual e contradições regulatórias.

Em termos substanciais, o regime de "loja na frente, fábrica atrás" que se desenvolveu no Delta do Rio das Pérolas na década de 1980 foi em grande parte um produto dessa heterogeneidade geradora, combinando fontes de capital de investimento e experiência gerencial centradas em Hong Kong com um sistema de produção em massa baseado na repressão no local de trabalho, inovação incremental e controle de custos existenciais, interligado a cadeias corporativas de suprimentos globalizadas e fluxos maciços de mão de obra migrante de baixa remuneração da China rural. A região foi devidamente reconhecida como o "berço da reforma da China e o motor da transformação histórica do país", enquanto Guangdong, como a "província mais vibrante e economicamente liberal" do país, foi anunciada como "um passo à frente" no processo de reformismo, abertura e integração global de pequenos estados (Economist, 2011: 71; Kuhn, 2009: 12; Vogel, 1990). No entanto, atualmente, a AGB ocupa uma posição discrepante e semiexterna no projeto do partido-

estado da China, a marca registrada de Guangdong de investimento estrangeiro liberalizado, arbitragem financeirizada, consumo conspícuo e governo local empreendedor está visivelmente fora de sintonia com os princípios fundamentais do Xiismo. Nesse contexto, a AGB pode estar no limiar de outro ponto de inflexão histórica, afastando-se da teleologia da liberalização, outrora naturalizada, em direção a uma configuração transformada, "reformada" em torno dos imperativos ascendentes da segurança nacional e do disciplinamento dos fluxos de capital "desordenados", do projeto hegemônico de "prosperidade comum" e da estratégia de acumulação em andamento da "dupla circulação".

A conjuntura composta que é partido + estado + capitalismo apresenta-se, consequentemente, em uma de suas formas (sub)mais contraditórias, acentuadas e discrepantes na GBA, uma potência econômica de uma região que ainda não pode agir ou mesmo falar por si mesma, mas que, em vez disso, está sendo constituída, em tempo real, como uma arena recém-escalonada para a "coordenação" de interesses locais divergentes e concorrentes sob a mão estendida de Pequim. Uma região que não é nem em si nem para si no momento, a GBA não designa uma escala institucionalizada e garantida - longe disso. "Manipulada" de baixo para cima e "orientada" de cima para baixo, ela define não apenas um espaço-problema de pesquisa, mas uma "escala problema" emergente, instável e potencialmente frágil. Há muito tempo, a região é relativamente periférica aos circuitos primários de poder, controle e vigilância do Estado, com suas sólidas tradições de políticas "locais" e sua suscetibilidade (real e imaginária) à infiltração burguesa e às ameaças de segurança da Guerra Fria (consulte Vogel, 1971). Não por acaso, foi considerada adequada para experimentos potencialmente arriscados - estilo "*skunkworks*" - em governança baseada no mercado durante a era da reforma.

Se a cultura econômica relativamente liberalizada que surgiu nesse contexto estiver de fato à beira de outra transformação, nem o curso nem o resultado são plausíveis de serem conhecidos neste momento. No entanto, parece especialmente improvável que a região seja reconstruída - unilateralmente e por completo [holus-bolus] - como um dos centros do projeto de "prosperidade comum", ou na imagem projetada do partido-estado, apesar de seus poderes "centralizadores". Aqui, o alcance do partido-estado pode vir a exceder sua firme capacidade de controle⁵, as extensões da governança por decreto podem

⁵Guangdong é a menos "vermelha" das províncias do país em termos de penetração partidária, 27% abaixo da média nacional, com uma densidade de membros inferior à metade da de Pequim. O peso econômico e político das empresas estatais também é nitidamente menor em Guangdong (consulte Koss, 2018: 22-23).

se mostrar um tanto tênuas e certamente menos do que completas, enquanto a capacidade, sob a fórmula do CPE, de o Pe E disciplinar o C de forma abrangente pode se aproximar de alguns de seus limites. A AGB abriga funções e ativos que são fundamentais para o projeto de globalização do capitalismo, ao mesmo tempo em que é articulado de forma um tanto desajeitada com o projeto em andamento do Partido Comunista Chinês (PCC). Ainda não se sabe se o PCC é capaz de conviver ou não com o capitalismo globalizado, cujas tensões e pressões certamente se desenrolarão nessa região "fronteiriça" já conturbada (cf. Lee, 2022), com desfechos radicalmente imprevisíveis. Dessa forma, a AGB também poderia ser (vir a ser) um local de caso-limite para o próprio conceito de CPE, que, sob a lógica de caso estendido da análise conjuntural, não é invocado em antecipação ao "resultado natural", mas, ao contrário, como um meio de perturbar e testar uma configuração específica de partido + estado + capitalismo.

A análise conjuntural se destaca nesses contextos ativamente recombinantes, priorizando estratégias de investigação que são posicionadas obliquamente em relação às reivindicações de teorias existentes (de modo a gerar atrito, em vez de "ajuste", e perguntas abertas, em vez de conclusões prévias), contextualizando e historicizando à medida que avançam. Abordado nesses termos, a AGB apresenta uma oportunidade não apenas de desconstruir os imaginários econômicos dominantes (em uma região "líder" há muito celebrada como essencialmente reformista), mas também de explorar um ramo potencialmente "contracultural" das socioeconomias do partido-estado da China. De fato, pode-se dizer que a análise conjuntural se sente em casa, metodologicamente falando, em situações que não são tão facilmente prontamente subsumidas, de forma confortável, em modelos normativos ou teorias aceitas. Além de a economia política da AGB ser manifestamente emergente e imprevisível, suas contradições internas são de tal ordem que "desnaturalizam" e sujeitam a estresse algumas das suposições da tese do CPE. É também um espaço heterogêneo no qual o poder do partido está sendo ativamente (re)afirmado, onde as capacidades do Estado estão sendo refeitas e onde definições e visões alternativas do "capitalismo" (e seus representantes) são encontradas em circunstâncias de coexistência instável - e possivelmente até insustentável. Essa região com fronteiras internas é marcada por diferenças de governança, cultura e até mesmo de sistemas monetários, cujas adaptações, atritos e compromissos institucionalizados parecem continuar a confundir e surpreender.

Conclusão: um método sem garantias

Este artigo se propôs a explorar o que pode significar a mobilização da análise conjuntural na geografia econômica, vinculada a uma discussão metodologicamente estruturada do capitalismo do partido-estado chinês em um de seus locais megarregionais. Observada principalmente por meio de atos de exemplificação, e geralmente *ex post*, a análise conjuntural continua sendo uma abordagem um tanto elusiva e raramente sujeita à codificação metodológica. Com certeza, a análise conjuntural não pode ser reduzida a uma fórmula metodológica específica nem a um pacote padronizado de rotinas portáteis, embora essa abordagem implique orientações e obrigações epistemológicas significativas. Relacional por definição, a análise conjuntural é incompatível com o internalismo metodológico ou com a delimitação de estudos de caso isolados; com pesquisas presentistas ou a-históricas; nem com o refinamento e a "limpeza" de explicações monocausais, modelos heurísticos ou tipos ideais. Em vez disso, a análise conjuntural está comprometida fundamentalmente com a investigação e explicação profundamente contextualizadas, concentrando sua atenção crítica no trabalho contínuo de teorização situada, começando com a conceituação, a especificação do problema, o projeto de pesquisa e a seleção de casos; na dissecação de fontes múltiplas, coexistentes e interseccionadas de causalidade "articulada"; na elevação da relacionalidade espaço-temporal a uma condição constitutiva, e não de fundo; e na interrogação rigorosa, no teste de estresse e na reconstrução de proposições teóricas de nível médio. Sua abordagem para a definição de casos é fundamentalmente exploratória, desvendando e abrindo questões complexas de causalidade intrincada e agência estratégica; ao mesmo tempo em que busca gerar novos insights e compreensões, não se trata de heurística estilizada ou fechamento explicativo.

A princípio, a análise conjuntural parece prometer muito. Ela busca explorar produtivamente os níveis intermediários do registro analítico, evitando os excessos de abstrações descontextualizadas e superficiais, por um lado, e do mero indutivismo descritivo, por outro. Ela envolve proativamente a teorização como uma prática necessária, mas iterativa, trabalhando para enriquecer o repertório de conceitos situados e intermediários. Opera (e parte do) terreno do real, do experencial e do concreto, estendendo deliberadamente os casos e contextualizando as proposições da teoria situada, sempre em diálogo com questões de estratégia política e agência social. Ela confronta a determinação múltipla e a causalidade congelada em suas formas emaranhadas do mundo real, envolvendo

insistente o econômico (em seu sentido mais amplo), ao mesmo tempo em que recusa tanto o essencialismo quanto o economismo. Suas investigações relacionais são caracteristicamente não delimitadas em termos espaciais, temporais e escalares e, ainda assim, permanecem ancoradas em locais, situações e momentos de interesse. Com sua disposição crítica e disruptiva, ela favorece linhas e locais de investigação que têm o potencial de perturbar, desorientar e refazer explicações, normas e entendimentos vigentes (inclusive os "favorecidos"), privilegiando anomalias em vez de arquétipos, o desalinrado em vez do que está na marca e a contestação em vez da confirmação. A análise conjuntural se recusa a abandonar o chamado estrutural, o sistêmico, o hegemônico e o macroeconômico, mas não o fará em nome do pessimismo estruturalista, mas sim para mobilizar o peso de tais formulações dominantes contra elas, puxando-as para a Terra e para o domínio da política. E, não menos importante, ela oferece uma licença para a exploração de horizontes abertos e futuros indeterminados.

Se a geografia econômica tem feito um trabalho significativo de teorização eclética, investigações em tempo real, fundamentadas no presente da reestruturação, pode-se dizer que a adoção da análise conjuntural implica uma medida de mudança e também de consolidação. A ênfase na historicização rigorosa além do escopo dos modelos de transição vigentes pode ser vista como um desafio construtivo à orientação geralmente presentista da subdisciplina e sua tolerância a histórias abreviadas. O fato de que os geógrafos econômicos são normalmente cautelosos, muitas vezes por uma boa razão, em relação aos Grandes Conceitos e às categorias de análise abrangentes e de larga escala, tendendo frequentemente à visão de que as verdades explicativas devem ser encontradas mais perto do chão, em ambientes mais localizados, na proximidade dos atores sociais e com conceitos formulados de forma mais confortável, existe em tensão criativa com a crítica implícita do conjunturalismo ao internalismo metodológico e à explicação "localista", bem como com sua adoção de domínios de investigação mais amplos, muitas vezes fragmentados e menos locais, nos quais a tarefa é trabalhar não apenas com a diferença, a descontinuidade e a heterogeneidade, mas também através delas. Por outro lado, pode-se dizer que a disposição frequentemente contrária da geografia econômica e seu olhar para as exceções que desafiam as regras complementam a orientação conjunturalista de se engajar na construção de teorias de nível médio em locais de alta relevância e focos de crise político-econômicas, aqueles em que os arranjos sociais e os modelos de desenvolvimento existentes podem estar encontrando seus limites. Dito isso, é possível que a geografia econômica também tenha algo a trazer para

a análise conjuntural, que, na prática, tem menos a dizer sobre relações espaciais e escalares do que sobre historicização e temporalidade.

Uma rubrica metodológica que pudesse garantir todas essas coisas seria, é claro, boa demais para ser verdade e, provavelmente, também boa demais para ser tratável. Em parte, em virtude de sua própria indefinição, a análise conjuntural adquiriu um certo fascínio metodológico, para não dizer místico, como se fosse uma prática secreta a ser compartilhada somente entre os já iniciados. Como uma disposição crítica e um modo de investigação, a análise conjuntural não pode ser encaixada em um cânone formalizado ou em um procedimento seguro. Ela vem, como diria Stuart Hall, sem garantias. Consequentemente, talvez de maneira um tanto contra-cultural este artigo tentou especificar algumas das obrigações subjacentes, práticas costumeiras e implicações processuais da análise conjuntural enquanto metodologia. Ele traçou breves contrastes com os "outros" metodológicos da análise conjuntural, tais como aqueles que consideram o contexto como algo a ser controlado, em vez de o próprio terreno de investigação; aqueles preocupados com o refinamento e a purificação de modelos unidimensionais e explicações parcimoniosas; aqueles que invocam teorias vigentes como meros contrapontos ou com espírito de ambivalência; e aqueles que silenciosamente cortam os laços relacionais e as (pré)condições de existência transpondo casos locais ou nacionais para "modelos" independentes. Defendendo uma série de manobras metodológicas alternativas, não como um substituto completo para outras abordagens, mas (pelo menos) como uma estratégia distinta e viável ao lado delas, o artigo argumenta em favor de formas robustas de contextualismo (geográfico e histórico), da exploração de locais e situações anômalos (em vez de "típicos"), da busca de conexões e relações constitutivas, onde quer que elas levem, e de práticas mais ativas de teorização "mais espessa", fundamentadas e contextualizadas em locais de pesquisa que desafiam as categorias. Pode não haver garantias aqui, mas há promessas.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio do Subsídio de Desenvolvimento SSHRC 435-2021-0634 (*Breaking new ground: integração econômica e transformação regulatória na área da Grande Baía da China*). O desenvolvimento deste artigo se beneficiou de extensas discussões com Helga Leitner, Eric Sheppard e membros do Workshop de Geografia Econômica da UBC.

Agradeço aos revisores anônimos por seu envolvimento construtivo e sugestões úteis. Entretanto, a responsabilidade pelos argumentos aqui apresentados é exclusivamente minha.

Declaração de interesses conflitantes

O autor declarou não haver possíveis conflitos de interesse com relação à pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.

Financiamento

O autor revelou o recebimento do seguinte apoio financeiro para a pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo: Este trabalho foi apoiado pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas do Canadá (número do subsídio 435-2021-0634).

Referências

- BLANCHETTE, J. From ‘China Inc.’ to ‘CCP Inc.’ *Scottsdale*: Hinrich Foundation, 2021.
- BRAUDEL, F. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, Volume 2. Berkeley: University of California Press, 1996.
- CROWEY, M. The extended case method. *Sociological Theory*, v. 16, n. 1, p. 4–33, 1998.
- CALLINICOS, A. Epoch and conjuncture in Marxist political economy. *International Politics*, v. 42, n. 3, p. 353–363, 2005.
- CLARKE, J. Doing the dirty work: The challenges of conjunctural analysis. In: HENRIQUES, J.; MORLEY, D.; GOBLOT, V. (eds.). *Stuart Hall: Conversations, Projects, and Legacies*. London: Goldsmiths Press, 2017, p. 79–85.
- CLARKE, J. Finding place in the conjuncture: A dialogue with Doreen. In: WERNER, M.; PECK, J.; LAVE, R.; et al. (eds.). *Doreen Massey: Critical Dialogues*. Newcastle: Agenda, 2018, p. 201–213.
- CLARKE, J. A sense of loss? Unsettled attachments in the current conjuncture. *New Formations*, v. 96/97, p. 132–146, 2019.
- CLARKE, J.; COCHRANE, A. Allan Cochrane. In: CLARKE, J. (ed.). *Critical Dialogues*. Bristol: Policy Press, 2019, p. 119–134.
- DECOTEAU, C. L. Conjunctures and assemblages: Approaches to multicausal explanation in the human sciences. In: RUTZOU, T.; STEINMETZ, G. (eds.). *Critical Realism, History, and Philosophy in the Social Sciences*. Bingley: Emerald, 2018, p. 89–118.
- ECONOMIST. The Guangdong model. *Economist*, 26 nov. 2011, p. 71–72.

FRANCESCHINI, I.; LOUBERE, N. *Global China as Method*. Chicago: University of Chicago Press, 2022.

GILBERT, J. This conjuncture: For Stuart Hall. *New Formations*, v. 96/97, p. 5–37, 2019.

GROSSBERG, L. Cultural studies in search of a method, or looking for conjunctural analysis. *New Formations*, v. 96/97, p. 38–68, 2019.

GRÜNBERG, N. Party-state capitalism under Xi: Aligning the economy with political objectives. In: GRÜNBERG, N.; WESSLING, C. (eds.). *The CCP's Next Century*. Berlin: MERICS, 2021, p. 19–36.

HALL, S. Popular-democratic vs. authoritarian populism: Two ways of taking democracy seriously. In: HUNT, A. (ed.). *Marxism and Democracy*. London: Lawrence and Wishart, 1980, p. 157–185.

HALL, S. Gramsci's relevance for the study of race and ethnicity. *Journal of Communication Inquiry*, v. 10, n. 2, p. 5–27, 1986.

HALL, S. *The Hard Road to Renewal*. London: Verso, 1988.

HALL, S. [2007] Through the prism of an intellectual life. In: MORLEY, D. (ed.). *Stuart Hall: Essential Essays, Volume 2*. Durham: Duke University Press, 2018, p. 301–324.

HALL, S. [1980] Race, articulation and societies structured in dominance. In: GILROY, P.; GILMORE, R. W. (eds.). *Stuart Hall: Selected Writings on Race and Difference*. Durham: Duke University Press, 2021, p. 195–124.

HALL, S.; MASSEY, D. Interpreting the crisis. *Soundings*, v. 44, p. 57–71, 2010.

HALL, S.; CRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; et al. *Policing the Crisis*, 2. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

HART, G. Disabling Globalization. Berkeley: University of California Press, 2002.

HART, G. Why did it take so long? Trump-Bannonism in a global conjunctural frame. *Geografiska Annaler B, Human Geography*, v. 102, n. 3, p. 239–266, 2020.

HART, G. Enabling connections: Relational comparison in a global conjunctural frame. In: LE GALÈS, P.; ROBINSON, J. (eds.). *Routledge Handbook on Comparative Urban Studies*. London: Routledge, 2023. (no prelo).

HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, D. Whither China? *Anti-Capitalist Chronicles*, 23 set. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DZIfYdZqunM&list=PLPJpiw1WYdTPmOmC2i3hR4_aR7omqhaCj. Acesso em: 14 nov. 2022.

JESSOP, B. The world market, 'North-South' relations, and neoliberalism. *Alternative Routes*, v. 29, n. 1, p. 207–228, 2018.

JONES, L.; HAMEIRI, S. *Fractured China*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

KINSER, S. Annaliste paradigm? The geohistorical structuralism of Fernand Braudel. *American Historical Review*, v. 86, n. 1, p. 63–105, 1981.

KOIVISTO, J.; LAHTINEN, M. Conjecture, politico-historical. *Historical Materialism*, v. 20, p. 267–277, 2012.

KOSS, D. *Where the Party Rules*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

KUHN, R. L. Guangdong visions. *BusinessWeek Online*, 8 jun. 2009, p. 12.

LEE, C. K. *The Specter of Global China*. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

LEE, C. K. *Hong Kong: Global China's Restive Frontier*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

LEITNER, H.; SHEPPARD, E. Towards an epistemology for conjunctural inter-urban comparison. *Cambridge Journal of Regions, Economy, and Society*, v. 13, n. 3, p. 491–508, 2020.

LI, T. M. *Land's End*. Durham: Duke University Press, 2014.

LIM, K. F. *On Shifting Foundations*. Oxford: Wiley, 2019.

MASSEY, D. Reflections on the debate: Thoughts on feminism, Marxism, and theory. *Environment and Planning A*, v. 21, n. 5, p. 10–13, 1989.

MASSEY, D. *Spatial Divisions of Labour*, 2. ed. Basingstoke: Macmillan, 1995.

MASSEY, D. Philosophy and politics of spatiality: Some considerations. *Geographische Zeitschrift*, v. 87, n. 1, p. 1–12, 1999.

MCMICHAEL, P. Incorporating comparison within a world-historical perspective: An alternative comparative method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385–397, 1990.

MCNALLY, C. A. Theorizing sino-capitalism: Implications for the study of comparative capitalisms. *Contemporary Politics*, v. 25, n. 3, p. 313–333, 2019.

MITCHELL, J. C. Case and situational analysis. *Sociological Review*, v. 31, n. 2, p. 187–211, 1983.

PAIGE, J. M. Conjecture, comparison, and conditional theory in macrosocial inquiry. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 3, p. 781–800, 1999.

PEARSON, M.; RITHMIRE, M.; TSAI, K. S. Party-state capitalism in China. Working paper 21–065, Harvard Business School, 2020.

PECK, J. Economic geography: Island life. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, p. 113–133, 2012.

PECK, J. Transatlantic city, part 1: Conjunctural urbanism. *Urban Studies*, v. 54, n. 1, p. 4–30, 2017.

PECK, J. *Variegated Economies*. Oxford: Oxford University Press, 2023.

- PECK, J.; PHILLIPS, R. The platform conjuncture. *Sociologica*, v. 14, n. 3, p. 73–99, 2020.
- PICKLES, J.; SMITH, A.; BEGG, R.; et al. *Articulations of Capital*. Oxford: Wiley Blackwell, 2016.
- PLYS, K.; LEMERT, C. *Capitalism and Its Uncertain Future*. New York: Routledge, 2021.
- RITHMIRE, M. E. China's 'new regionalism': Subnational analysis in Chinese political economy. *World Politics*, v. 66, n. 1, p. 165–194, 2014.
- ROLF, S. *China's Uneven and Combined Development*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.
- ROSENBERG, J. Globalization theory: A postmortem. *International Politics*, v. 42, p. 2–74, 2005.
- ROSENBERG, J.; BOYLE, B. Understanding 2016: China, Brexit, and Trump in the history of uneven and combined development. *Journal of Historical Sociology*, v. 32, n. 1, p. e32–e58, 2019.
- SEWELL, W. H. *Logics of History*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- SEWELL, W. H. The temporalities of capitalism. *Socio-Economic Review*, v. 6, n. 3, p. 517–537, 2008.
- STEINMETZ, G. Critical realism and historical sociology. *Comparative Studies in Society and History*, v. 40, n. 1, p. 170–186, 1998.
- TAVORY, I.; TIMMERMANS, S. Two cases of ethnography: Grounded theory and the extended case method. *Ethnography*, v. 10, n. 3, p. 243–263, 2009.
- TILLY, C. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.
- TOOZE, A. Writing in medias res. *AT Chartbook*, 4 set. 2021. Disponível em: <https://adamtooze.substack.com/p/chartbook-on-shutdown-2-writing-in>. Acesso em: 3 fev. 2022.
- TSING, A. L. *The Mushroom at the End of the World*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- VOGEL, E. F. *Canton Under Communism*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- VOGEL, E. F. *One Step Ahead in China*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- WERNER, M. *Global Displacements*. Oxford: Wiley Blackwell, 2016.
- WERNER, M.; BAIR, J. Losing our chains: Rethinking commodities through disarticulations. *Environment and Planning A*, v. 43, n. 5, p. 998–1015, 2011.
- ZHANG, J.; PECK, J. Variegated capitalism, Chinese-style: Regional models, multi-scalar constructions. *Regional Studies*, v. 50, n. 1, p. 52–78, 2016.